

O Papel do Profissional de Arquivo nos processos de Desenvolvimento e Inovação

Natália Maria Antónia

Câmara Municipal de Lisboa

Divisão de Gestão de Arquivos

Tel: 213807145

E-mail: natalia.antonio@cm-lisboa.pt

RESUMO

Esta comunicação nasce da premente necessidade de partilhar as dúvidas que me assaltam no dia-a-dia do trabalho de um profissional de arquivo que labora numa instituição da Administração Local, cujos problemas são comuns a tantas outras existentes no nosso país, quer sejam do sector público quer do sector privado. Mas, também, da necessidade de partilhar a convicção de que podemos fazer mais e, acima de tudo, melhor se trabalharmos em equipas multidisciplinares, numa vertente de aprendizagem e intercâmbio de saberes e não na perspectiva do “orgulhosamente sós” ou de que “o segredo é a alma do negócio”.

De que forma nós, os arquivistas, podemos contribuir e que competências temos de desenvolver para enfrentarmos os novos desafios que se nos deparam, neste mundo cada vez mais competitivo e globalizado?

Partindo dos pressupostos de que a inovação e o desenvolvimento, em todas as áreas e a todos os níveis, assentam em estratégias de mudança, que a mudança se faz com os indivíduos/cidadãos e para os indivíduos/cidadãos, os arquivos devem tornar-se cada vez mais espaços abertos à sociedade. E o arquivista num profissional comprometido e interventivo.

Estamos conscientes do fracasso do modelo custodial [¹], de acordo com o qual o arquivista se encontrava no fim da cadeia documental, na sua postura de fiel depositário da memória histórica.

Numa política de gestão integrada de documentos e arquivos, necessária a uma administração moderna e eficaz, o arquivista deve intervir no início da cadeia documental, acompanhando todo o ciclo de vida dos documentos, promovendo a sua eliminação, caso não tenha valor secundário, ou a sua integração no arquivo definitivo.

Será esta postura interventiva e proactiva ponto assente na arquivística nacional? Estamos todos de acordo? Que estamos a fazer na prática, tendo em conta os novos suportes, nomeadamente os documentos electrónicos?

PALAVRAS-CHAVE: Profissional de arquivo, formação profissional, cooperação profissional.

INTRODUÇÃO

Aproveitando a temática do Congresso, proponho-me na presente comunicação tecer algumas reflexões sobre o papel do profissional de arquivo nos processos de desenvolvimento e inovação da nossa sociedade, a partir da sua instituição – o arquivo.

A presente comunicação está estruturada à volta de cinco eixos fundamentais que corporizam o profissional de arquivo, tal como qualquer outro, eixos que se interligam e se complementam: 1) Carreira profissional e seus conteúdos funcionais; 2) Formação profissional, inicial e contínua, componente imprescindível para o desempenho da profissão; 3) Cooperação e partilha de conhecimentos como forma de crescimento profissional; 4) Exercício da profissão; 5) Inovação – só com carreiras revalorizadas, uma formação adequada, uma cooperação entre todos os profissionais e através do exercício responsável das suas actividades se pode pensar em processos de inovação.

CARREIRA PROFISSIONAL

De acordo com a Norma Portuguesa 4041, “Arquivista – profissional diplomado em arquivística [²].” Se esta norma se destinava, como é afirmado no próprio documento, “a fixar termos e conceitos de uso corrente na teoria e prática arquivísticas, de modo a uniformizar e facilitar a comunicação entre os profissionais e entre eles e o seu público”, não me parece que tenha alcançado o seu objectivo. O termo é demasiado lato. Que tipo de diploma se tinha em mente?

Quanto aos serviços onde estes profissionais exercem a sua profissão – os serviços de arquivo, estes ainda são vistos nesta norma como “responsáveis pela custódia, conservação e comunicação dos documentos de arquivo. (...) Pode, ainda, colaborar noutras actividades, no âmbito da instituição a que pertença, como a produção documental e a normalização de circuitos.” Pode ou deve colaborar? E mais, apenas colaborar? Atenção pois estamos a falar de uma norma de 2005! Esta norma considera, ainda, a custódia como função primordial do serviço de arquivo que consiste na guarda física dos documentos [³].

Por outro lado, o regime das carreiras de Biblioteca, Arquivo e Documentação (BAD), estabelecido pelo Decreto-Lei 247/91, de 10 de Julho, define o curso de especialização em Ciências Documentais como forma de recrutamento/ingresso nestas carreiras. Ou seja, para ingressar nestas carreiras exige-se uma licenciatura e mais dois anos de curso de pós-graduação. Este diploma

define, ainda, os conteúdos funcionais das carreiras BAD, que compreendem, no nosso caso, o profissional de arquivo, dois níveis de complexidade funcional: o técnico superior de arquivo (funções técnicas com grau de responsabilidade e de autonomia) e o técnico-adjunto de arquivo (funções de apoio técnico). Ao analisarmos os conteúdos destas duas carreiras, verificamos que além de “estabelecer a aplicar critérios de gestão de documentos”, no caso dos técnicos superiores, e “realizar tarefas relacionadas com a gestão de documentos” [4], a estes profissionais são-lhe atribuídas funções relacionadas com as incorporações, o tratamento arquivístico, a conservação e a difusão dos documentos na sua fase histórica. Resumindo, estes conteúdos funcionais espelham uma visão historicista e custodial do papel do profissional de arquivo.

Tendo sido instituídas, em 1991, como carreiras específicas (tal como as carreiras de informática) das áreas funcionais de BAD, passados quase 16 anos, o seu regime continua por alterar. Os profissionais das carreiras de informática, alegando-se serem carreiras de ponta – directamente ligadas com as novas tecnologias da informação – conseguiram, em 2000, uma grande revalorização, quer através do incremento das suas remunerações quer da sua visibilidade como profissionais. E nós? Que fizemos? Alguns sindicatos tentaram agarrar a questão (e não está aqui em causa se bem ou mal). Fizeram-se reuniões onde os profissionais da área colocaram, abertamente, os seus problemas e se mostraram disponíveis para a intervenção social. Mas não soubemos agarrar a oportunidade. Em vez de se unirem esforços em torno de um projecto comum, um famoso encontro, onde estiveram presentes centenas de arquivistas e bibliotecários, transformou-se numa luta de interesses entre dirigentes da APBAD e dos sindicatos presentes. Resultado: continuamos na mesma.

No entanto, em 2001, na sequência de todo este processo, a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) entendeu que se tornava indispensável a revisão do estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e arquivo, tendo em vista a concretização dos seguintes princípios: - Adequação dos conteúdos funcionais das carreiras às exigências da sociedade da informação e do conhecimento; - Reflexo das exigências de qualificação profissional acrescida e da valorização da função no desenvolvimento das carreiras [5]. Mas esta proposta nunca chegou a ser concretizada.

No VIII Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado em 2003, foi aprovada uma Moção que exigia “a revisão do Decreto-Lei 247/91, que define as carreiras dos profissionais de biblioteca, arquivo e documentação, no sentido da sua revalorização.” Mas também sem eco.

Hoje, em 2007, a questão das nossas carreiras volta a estar na ordem do dia. No âmbito do vasto processo de reforma da Administração Pública, o governo já apresentou aos parceiros sociais os princípios

orientadores da Reforma dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações na Administração Pública. Não se conhecem, à data da elaboração da presente comunicação, as propostas concretas no respeitante às nossas carreiras.

Acautelando o que possa daí resultar, a APBAD já elaborou vários documentos sobre a matéria, manifestando “a especificidade inequívoca das carreiras BAD e a sua imprescindibilidade enquanto factor de garantia de qualidade dos serviços de informação e documentação prestados por profissionais devidamente qualificados para o exercício das suas funções [6].”

Da posição da APBAD sobre a reforma do sector documental na Administração Pública, interessa-nos realçar que “os arquivos – sendo uma área transversal não devem estar hierarquicamente dependentes da Cultura;”; “A sociedade da informação e do conhecimento constrói-se necessariamente com o contributo de profissionais de gestão de informação – ao nível de arquivos, bibliotecas e outros serviços de documentação [7].”

Assim, será necessário promover, com urgência, no seio dos profissionais destas carreiras, tendo a APBAD como promotora, uma ampla discussão em torno desta questão, com o objectivo de apresentar propostas concretas e consistentes, que tenham em conta as novas realidades com que se deparam estes profissionais, nomeadamente a dos documentos electrónicos.

FORMAÇÃO

Já concluímos que os conteúdos funcionais das nossas carreiras estão desadequados em relação aos novos desafios que se nos deparam neste novo milénio. Passaremos a abordar a questão da formação em Portugal. Estará a formação profissional adequada às novas exigências?

Formação universitária / inicial

A questão da formação dos profissionais de BAD, em Portugal, tem sido amplamente debatida em todos os Congressos da APBAD, encontros e seminários. Tem sido objecto de artigos específicos. Foi, também, alvo de uma conferência dedicada ao tema: “Os profissionais da informação em contexto europeu. Perfis, formação, mobilidade”, que teve lugar em Lisboa, em Setembro de 2005. Esta conferência não correspondeu, na minha opinião, às expectativas dos profissionais da informação, onde o debate, propriamente dito, não existiu, limitando-se cada instituição de ensino superior representada a informar-nos dos méritos dos seus cursos de especialização em Ciências Documentais. Concordo, por um lado, com a afirmação da APBAD, quando afirma que “foi um ponto de partida para um profundo trabalho de reflexão que se coloca a todos os profissionais da informação [8].” Por outro lado, teremos que concordar que foi uma oportunidade perdida. Teria sido um bom momento para apresentar propostas concretas sobre a nossa formação. Estiveram presentes, nesta conferência, vários colegas europeus, que apresentaram propostas

concretas e experiências já em desenvolvimento nos seus países. Poderíamos e deveríamos ter feito o mesmo.

A questão da formação também foi debatida no IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, organizado pelo IAN/TT em conjunto com a Associação Latino Americana de Arquivos (ALA), em Outubro do mesmo ano, num painel intitulado “Formação em arquivística: que prioridades?” Quero realçar a comunicação da arquivista Ana Cannas, onde afirma que “tem-se apontado com facilidade a inadequação ou o enquistamento de alguns e a menor qualidade de outros (cursos de nível superior). Corresponde esta expressão a sensibilidades e a impressões, quiçá certas, mas raramente objectivadas e fundamentadas em estudos. Os debates organizados no âmbito dos cursos universitários de especialização em Ciências Documentais e da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas têm procurado veicular reflexões sobre a formação dos arquivistas. Mas a excepção de vulto a análises impressivas é constituída pela reflexão epistemológica em torno da Ciência da Informação, por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, subjacente a um então “novo modelo curricular”, agora a dar os seus primeiros frutos, com a formação de licenciados em Ciência da Informação [9].”

Este novo modelo curricular é fruto de uma profunda e inovadora investigação na área da Ciência da Informação e preconiza um modelo formativo poliédrico para o profissional do século XXI [10]. Ainda que a fundamentação teórica deste novo modelo se torne (para os menos entendidos na matéria, como é o meu caso, recém chegada às problemáticas da arquivística), por vezes, de difícil entendimento, está claro que é preciso romper com as peias do ensino tradicional. Os autores deste novo modelo, Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro, colocam a questão: “Que tipo de profissional (da informação podemos formar)? A formação de um híbrido, como se discute hoje entre os especialistas em Sistemas e Tecnologias de Informação? Um híbrido, porque distanciado do informático puro e duro dos anos setenta e oitenta e, entretanto, diferenciado do gestor de recursos informáticos dos anos noventa (o “gestor da informação”), na medida em que tende a combinar conhecimentos na área de gestão e planeamento estratégico, recursos humanos e marketing com destrezas elementares no campo tecnológico de molde a intervir com credibilidade e êxito em domínios como o networking, o e-commerce, o e-business, etc [11]. O modelo que preconizam afasta-se do modelo do profissional “clássico”, criado e concebido para guardar e servir documentos.

Como já o afirmava Fernanda Ribeiro, em 2003: “Reciclar a formação passa pelo *design* de novos *curricula*, alicerçados numa fundamentação epistemológica e não em meras colagens de disciplinas, com nomes mais ou menos pós-modernos. Passa também pelo incentivo à investigação, sem a qual a docência não cumpre a sua verdadeira função. Mas, além disso, pode e

deve concretizar-se, igualmente, através de cursos e acções de formação contínua, que constituam espaços de reflexão e de debate com vista a uma mudança de paradigma [12].”

As preocupações com a formação profissional são comuns a toda a comunidade arquivística internacional. A nível da União Europeia é de realçar o “Relatório sobre os arquivos na União Europeia alargada: reforço da cooperação no domínio dos arquivos na Europa: plano de acção”, elaborado por um grupo de peritos dos Estados-Membros e aprovado em Fevereiro de 2005 [13]. Este relatório, além de ser um documento muito importante para conhecer a situação dos arquivos nacionais, as suas políticas arquivísticas e os projectos comunitários, também delinea uma série de acções prioritárias em matéria de arquivos. Como tal, não poderia deixar de fazer uma resenha daquilo que tem sido a formação dos profissionais de arquivo, ao longo dos últimos anos. Os autores do relatório, sublinham, ainda, o facto de não haver um modelo de formação consistente, nem ao nível local, ainda que tenham sido feitos esforços nesse sentido nalguns países. “The available preliminary training can be classified according to different approaches or traditions: the ‘historical’ approach which focuses on the teaching of subjects associated with history; the administrative approach which takes particular account of management considerations; the professional approach based on practical study and the development of standards; on-the-job training acquired as a trainee within an archive service itself (generally a national service); the ‘integrated’ approach in which archives are one of the information sciences; and an approach linked to the totality of the lifecycle of a document, emphasising the management of administrative documents (or current archives). One also finds ‘archive’ training in organisations - such as libraries - with other specialisms [14].”

Este relatório recoloca a questão: Que competências são necessárias aos arquivistas do século XXI? (What are the competences needed by the archivist of the 21st century?) De acordo com este relatório, o perfil do arquivista do século XXI terá de ser desenhado tendo em conta os seguintes princípios:

- Um conhecimento profundo dos requisitos básicos sobre gestão dos documentos durante todo o seu ciclo de vida, incluindo a conservação preventiva.
- Capacidade de aproveitar as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC);
- Conhecimento das estruturas orgânicas, dos procedimentos, dos sistemas administrativos e dos documentos produzidos por uma organização.
- Conhecimento acerca da história das instituições e da evolução da administração.
- Aperfeiçoamento contínuo das suas capacidades de comunicação.
- Conhecimentos de duas ou mais línguas oficiais da União Europeia.

- Capacidade de abertura a uma colaboração interdisciplinar com profissionais de outras áreas a nível da União Europeia [15].

Formação contínua

Além de uma formação académica de base, os profissionais de arquivo devem ter acesso a uma formação contínua. Se as nossas organizações mudam, modernizam-se, a nossa formação deve acompanhar essas mudanças. Não se trata apenas da chamada “reciclagem”, mas sim de aprender novas práticas em novos contextos.

O projecto E-TERM (European Training in Electronic Records Management), no qual, além de outras universidades e instituições europeias, também participou a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, parece-me ser uma experiência muito interessante e a ser tida em conta por quem prepara cursos de formação na área da arquivística. Este projecto foi “desenvolvido precisamente com o intuito de disponibilizar um modelo de formação contínua, destinado a preparar profissionais para actuarem nos novos contextos informacionais, especialmente no seio de sistemas de informação arquivística [16].”

O já referido “Relatório sobre os arquivos na União Europeia alargada” também destaca a importância da formação contínua:

“An important element in the career of an archivist/document manager is access to postqualification training, to update their skills. These programmes have to be continually reviewed and kept fully up to date, to ensure that archivists/document managers are equipped to face the challenges that arise wherever they are employed. Most Member States recognise the importance of Continuous Professional Development for archivists/document managers after the initial qualification has been obtained, although not all have fully established programmes. (...) Where programmes exist, they cover new developments in the profession (electronic records, Freedom of Information, Data Protection etc), management skills and so on, but not all states have as yet a fully developed programme[17].”

No âmbito das decisões da União Europeia em matéria de arquivos teve lugar, em Varsóvia, de 18 a 20 de Maio de 2006, a *7th European Conference on Archives "Archivists: profession of the future in Europe"*, onde se debateram importantes questões, tais como: a formação superior dos arquivistas na Europa, a certificação e acreditação das competências e que alterações está a sofrer o perfil do arquivista tendo em conta as novas tecnologias da informação [18].

Se todos estamos conscientes de que a formação que temos não é a adequada, cabe-nos a nós exigir e definir que tipo de formação queremos e que tipo de formação necessitamos. Na minha opinião, necessitamos de uma formação que nos proporcione novas competências, que nos ajudem a enfrentar os novos desafios que se nos deparam; necessitamos de uma formação mais específica,

dirigida aos problemas concretos, nomeadamente sobre arquivos electrónicos, preservação digital, sobre metadados e sobre a aplicação da Norma Portuguesa 4438. Ou seja, necessitamos de formação que nos prepare para fazer frente a toda a problemática inerente à concepção e implementação de sistemas de gestão de documentos e de arquivo, numa nova perspectiva organizacional onde estes sistemas devem ser incorporados num sistema mais vasto de gestão da informação.

Em Portugal, não podemos continuar a proporcionar cursos avulso, de acordo com interesses corporativos, mas sim preparar cursos fundamentados numa política de formação direccionada às necessidades concretas dos profissionais. Isto para já não falar dos preços ... que não são compatíveis com as remunerações auferidas pelos mesmos.

A APBAD não se pode abster das suas responsabilidades. A ela cabe definir, em conjunto com os profissionais da área, os conteúdos da formação que queremos e necessitamos. Frases, como a que está presente no site da Associação – “As informações fornecidas acerca dos cursos existentes em Portugal são dadas a título indicativo. A APBAD não se responsabiliza pelos conteúdos destes cursos, e ao listá-los nesta página não está a emitir nenhuma opinião sobre a sua qualidade.” –, não são compatíveis com os objectivos preconizados por esta associação, nomeadamente o constante da sua alínea f) “Avaliar a qualidade dos conteúdos e estruturas curriculares dos diversos níveis de formação profissional.”

COOPERAÇÃO

Para além da formação, outro aspecto é fundamental para a evolução de qualquer profissão – a cooperação. O conhecimento só o é, no verdadeiro sentido do seu significado, se for partilhado, ou de forma escrita ou de forma oral. Ou será que devemos todos inventar de novo a roda? Considero necessária uma maior cooperação, institucional (entre diversos serviços de arquivo) e profissional (entre arquivistas e associações). A cooperação institucional é mais difícil, pois depende também da capacidade das instituições para se relacionarem, quer a nível nacional quer internacional. Mas a cooperação profissional, entre arquivistas quer de arquivos públicos – nacionais, distritais ou municipais, quer privados, é mais fácil.

Há que tornar a nossa Associação (APBAD) num espaço privilegiado de cooperação entre todos os profissionais. Porque não funcionam alguns dos grupos de trabalho da APBAD? Por falta de participação. O grupo de trabalho dos Arquivos Municipais, por exemplo, que representa um sector de importância vital para o desenvolvimento do país, com realidades e experiências tão diversificadas, não pode limitar-se apenas a organizar, de dois em dois anos, um Encontro Nacional e ficar à espera do seguinte! E quando crítico também tenho em conta que trabalho no maior Arquivo Municipal do país – o da capital – e que

também pouco temos contribuído para a cooperação institucional e profissional. Tivemos neste último ano alguns encontros com outros arquivos municipais – porque nos unem problemas idênticos – mas foram contactos esporádicos, não se mantendo uma cooperação contínua e planeada de troca de experiências e questões, consubstanciada em protocolos.

A título de exemplo, cito apenas a experiência do Grupo de Arquivistas de Madrid, que agrupa os profissionais dos municípios de toda a Comunidade Autónoma de Madrid, que tem sido um pólo dinamizador e catalizador de novas práticas arquivísticas.

Está na hora de acabar de vez com o princípio de que “O segredo é a alma do negócio!” Princípio tanto mais contraditório, tendo em conta que a nossa missão fundamental é proporcionar o acesso à informação. A partilha de informação, do que fazemos, como fazemos, das nossas dúvidas é, na minha opinião, é uma forma de crescimento profissional e uma obrigação ética. Ou será que temos assim tantos recursos, que nos podemos dar ao luxo de esbanjá-los em sucessivos projectos, sem deles colher frutos?

Tal como afirmou Barbara Held no Colóquio Internacional, recentemente organizado em Oviedo, Espanha, E-DOCPA 2006, sobre a “*Administración de documentos y Servicios a la ciudadanía en la administración electrónica* (I-EUROPA 2010) “a ideia “of sharing” (ou seja, a de partilhar conhecimentos) está relacionada com a falta de meios que todos nós, profissionais de arquivo sentimos, independentemente do país onde nos encontremos [19]. A partilha da informação no nosso seio, pode e deve ajudar a economizar recursos.

Mas a cooperação deve ter um âmbito mais alargado. Não se trata apenas de cooperação entre profissionais da mesma área profissional, mas também entre profissionais de áreas distintas, como é o caso, da cooperação entre os profissionais de arquivo e os da informática. Nesta vertente, é ainda fundamental incrementar relações de cooperação entre as instituições de arquivo e as empresas das tecnologias da informação e comunicação.

EXERCÍCIO DA NOSSA PROFISSÃO

Mas é no exercício da nossa profissão, no dia-a-dia da nossa actividade enquanto arquivistas, que temos de afirmar a nossa imagem e o nosso profissionalismo.

Vejamos então com que instrumentos técnicos e orientadores pudemos contar, ao longo da última década, e que novos instrumentos contamos, hoje, para o exercício da nossa profissão:

1) O nosso órgão coordenador da política arquivística nacional – até hoje, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), tem-se responsabilizado pela elaboração de Manuais, pelos quais temos orientado, nos últimos anos, as nossas práticas arquivísticas [20].

2) Dispomos, desde os anos 90, no respeitante aos arquivos definitivos, de importantes instrumentos normalizadores, tais como as Normas Internacionais de Descrição Arquivística: a ISAD (G) e a ISAAR (CPF).

3) O Conselho Internacional de Arquivos (ICA) tem sido incansável na elaboração de estudos que nos ajudem a enfrentar a problemática dos novos suportes digitais e como ajudar o arquivista a reposicionar-se profissionalmente, tendo em conta as novas realidades da sociedade da informação. O estudo “Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para arquivistas” é um claro exemplo deste esforço [21].

4) A nível da União Europeia tivemos e temos projectos inovadores como o caso do MoReq - Modelo de requisitos para a Gestão de Documentos de Arquivos Electrónicos [22].

5) Dispomos, no respeitante aos arquivos correntes, de uma Norma Portuguesa de Gestão de Documentos de Arquivo, a NP 4438:2005 que resultou da transposição da norma internacional ISO 15489 [23].

6) Temos uma nova edição do “Referencial das Competências dos profissionais europeus da Informação e Documentação [24]”.

7) Temos um Código de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal, que nos aponta, por um lado, as normas de conduta perante a sociedade e os utilizadores dos serviços de informação e, por outro lado, os princípios e as responsabilidades que devem nortear a nossa profissão [25].

8) Temos um Arquivo Nacional renovado e que soube transformar “ameaças em oportunidades”.

9) Temos uma Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas activa e empenhada, como prova a organização deste 9.º Congresso.

10) Temos um relatório sobre “A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação”, realizado pelo Observatório da profissão de Informação-Documentação, que aponta que a nossa valorização social só será possível por via da visibilidade das nossas competências [26].

Então que nos falta? Falta-nos uma maior capacidade de intervenção, falta-nos saber aproveitar as oportunidades quando elas se nos deparam. Quando digo que nos falta, não quero de modo algum dizer que nos falta a todos de igual forma. Mas não podemos esquecer que falta de intervenção é sinónimo de falta de visibilidade.

COMO INOVAR

A capacidade de inovar depende das nossas competências profissionais. Só com profissionais bem preparados, do ponto vista prático e teórico, se podem empreender processos de inovação. Assim, munidos de

todos os instrumentos acima mencionados será necessário reposicionar a nossa intervenção enquanto profissionais de arquivo, integrados num mundo mais vasto, o dos profissionais da informação.

Começamos por seguir os quatro princípios propostos pelo estudo do ICA “Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para arquivistas”:

1. *“Os serviços de arquivo devem facilitar o estabelecimento de políticas, procedimentos, sistemas, normas e práticas concebidas para apoiar os produtores de documentos de arquivo a criar e manter documentos que sejam autênticos, fidedignos e passíveis de ser preservados a longo prazo;*

2. *Os serviços de arquivo devem envolver-se em todo o ciclo de vida dos documentos de arquivo (concepção, produção, manutenção) no sentido de assegurar que os documentos identificados como possuindo valor secundário sejam integrados no sistema de arquivo, preservados e continuamente mantidos acessíveis;*

3. *Os serviços de arquivo devem gerir o processo de avaliação dos documentos de arquivo para identificar os que possuam valor secundário;*

4. *Os serviços de arquivo devem articular requisitos de preservação e de acessibilidade para garantir que os documentos com valor secundário permaneçam ao longo do tempo disponíveis, acessíveis e inteligíveis [27].*

Ou seja, ao pautar a sua actuação por estes princípios, o profissional de arquivo ver-se-á automaticamente implicado nos processos de gestão de documentos, intervindo em todo o ciclo de vida do documento, desde o momento da sua criação até ao seu destino final, conservação definitiva, ou eliminação, se for desprovido de valor secundário.

Como afirmou Frank Brady (no já citado Encontro Internacional de Oviedo), responsável pelo programa de gestão de documentos electrónicos da Comissão Europeia - *E-Domec: Electronic Document Management in the European Commission*: “the future is electronic”. Por isso, queiramos ou não, o arquivista terá de abandonar o seu papel tradicional de guardião dos documentos e adoptar uma postura mais interventiva. De acordo com este arquivista, o Moreq também ajudará na nova redefinição desse papel [28].

Para alcançarmos serviços de arquivo de qualidade, devemos buscar um novo modelo estratégico, de acordo com o qual o profissional de arquivo deve conhecer bem os procedimentos administrativos da sua instituição, levados a cabo na prossecução das suas funções e actividades (os processos de negócio, segundo a NP 4438), implicando-se, assim, na própria gestão; os profissionais de arquivo devem estar onde os documentos são produzidos; devem promover a implementação de aplicações de gestão integrada; os profissionais de arquivo devem, também, reivindicar um outro posicionamento dentro das organizações [29]. Até agora, os arquivos têm dependido, em termos orgânicos, acima de tudo, de serviços da Cultura, mas deveriam depender

do Ministério das Administrações Públicas, no caso dos Arquivos Nacionais, ou no caso dos Municipais, de serviços mais transversais ou estratégicos, como a Presidência, por exemplo.

CONCLUSÃO

Tendo em conta o acima exposto, podemos, sem margem para dúvidas, afirmar que temos em Portugal carreiras desadequadas, com conteúdos funcionais desajustados face às novas realidades, de acordo com as quais os profissionais de arquivo desenvolvem, hoje, as suas competências, em particular, e dos profissionais da informação, em geral.

É este o momento de agir, aproveitando as novas propostas de carreiras que o Governo vai apresentar para a Administração Pública (ou já apresentou à data da realização deste Congresso), no âmbito da reforma da Administração Pública em curso. Cabe-nos a nós definir que carreiras queremos e necessitamos, tendo em conta os novos desafios que se nos deparam. Temos como base a já referida proposta de carreiras apresentada pela APBAD, em 2001.

Quanto à formação universitária dos profissionais de arquivo, destacam-se, em Portugal, dois tipos de formação: a “clássica”, patente nos Cursos de Especialização de Ciências Documentais, e a que integra a formação arquivística no seio da Ciência da Informação, preconizada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em vez de continuarmos a discutir, as fragilidades ou as mais-valias de este ou daquele curso, porque não apresentamos uma proposta concreta, que tendo em conta estudos já realizados, vá de encontro às reais necessidades dos profissionais de arquivo?

Sendo o arquivista um mediador da informação, sendo a sua principal responsabilidade a de tornar acessíveis e perduráveis os documentos ao longo do tempo, independentemente do seu suporte – o tradicional papel ou o electrónico, o arquivista não pode continuar a defender posturas como “o segredo é a alma do negócio” ou de “orgulhosamente sós”. É através da cooperação, a todos os níveis, que cresce profissionalmente. Os seus conhecimentos só se transformarão em potencial conhecimento, se forem partilhados com os outros profissionais que laboram na área da informação.

O profissional de arquivo de hoje é cada vez mais um gestor de informação, mas não deixando de fazer o que sempre fez, proporcionar o acesso aos documentos e à informação por eles veiculada. No entanto, a prática demonstrou-nos que o arquivista não pode continuar encerrado na sua postura clássica “de guardar e servir documentos”, mas deve transformar-se num profissional que deve ter um papel mais preponderante na concepção dos sistemas de informação da sua organização, onde o arquivo deve ser visto como um subsistema.

O arquivista do século XXI só poderá reforçar o seu

papel e assumir uma nova visibilidade, se conseguir dar o salto qualitativo, que passa pela assumpção de novas responsabilidades e pela aquisição de novas competências. Mas, essencialmente, precisa de aprender, com urgência, a trabalhar em equipa, com outros profissionais da sua área e de outras áreas inerentes às tecnologias de informação.

NOTAS

¹ Reorientando a política de salvaguarda e valorização do património arquivístico do sector público. Arquivos Nacionais/Boletim, IAN/TT, n.º 14, Outubro/Dezembro 2005, p. 2.

² NP 4041: 2005 – Informação e documentação: Terminologia arquivística. Conceitos básicos. Lisboa: IPQ, 2005, p.4.

³ Idem, p. 12.

⁴ PORTUGAL, Leis e Decretos – Legislação aplicada às bibliotecas, arquivos e documentação. Comp. António Sá Santos, Maria Margarida Meira Bicas. Lisboa: Vislis, 1999. p. 204-217.

⁵ Esta proposta está disponível no sítio *web* da APBAD.

⁶ Circular n.º 12, da APBAD, de 9 de Setembro de 2005.

⁷ Posição da APBAD, 28 de Julho de 2006.

⁸ Circular n.º 14, da APBAD, de 18 de Outubro de 2005.

⁹ CANNAS, A. – Um olhar sobre os arquivistas e o ensino superior em Portugal. IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. [Recurso electrónico]. Lisboa: IAN/TT, 2005, p. 1.

¹⁰ SILVA, A. M. ; RIBEIRO, F. – Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.; - Formação, perfil e competência do profissional da Informação. VIII Congresso de BAD. 12 a 13 de Maio de 2004.

¹¹ SILVA, A. M. ; RIBEIRO, F. – Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular, p. 152-153.

¹² RIBEIRO, F. – Uma nova perspectiva em Formação: o projecto E-TERM (European Training in Electronic Records Management). Cadernos BAD. ISSN 0007-9421. 1 (2003), p. 29.

¹³ Relatório sobre os arquivos na União Europeia alargada: reforço da cooperação no domínio dos arquivos na Europa: plano de acção. COM (2005) 52 final. [Em linha]. [Consult. 5 Jan. 2007]. Disponível em WWW: <URL: http://ec.europa.eu/transparency/archival_policy/docs/arch/reportarchives.pdf>

¹⁴ Idem, p. 100.

¹⁵ Idem, p. 104.

¹⁶ Ver RIBEIRO, F. – Uma nova perspectiva em Formação: o projecto E-TERM (European Training in Electronic Records Management). Para informação detalhada sobre o modelo de formação consultar na WWW: <URL: <http://www.ucl.ac.uk/e-term/about.htm>>.

¹⁷ 1.2 Post qualification training/Continuous Professional Development Relatório sobre os arquivos na União Europeia alargada, p. 106.

¹⁸ As conclusões podem ser consultadas no sítio *web* da conferência: <URL:

<http://archiwa.gov.pl/repository/wz/VII%20Konferencja/Resolution-VIith%20Conference.pdf>>

¹⁹ HELD, B. - responsável pelo projecto IDABC da Comissão Europeia (IDABC – Interoperable Delivery of pan-European eGovernment Services to Public Administration, Business and Citizens); o mesmo programa que financiou o Moreq.

²⁰ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS /TORRE DO TOMBO - Manual para a gestão de documentos. Lisboa: IAN/TT, 1998; Orientações Técnicas para Avaliação de Documentação Acumulada. Lisboa: IAN/TT, 1999.

²¹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas. ICA: Paris, 2005. [Em linha]. [Consult. 5 Jan. 2007]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ica.org/biblio/ICAEstudo16_PT_4.pdf>.

²² MoReq – Modelo de requisitos para a Gestão de Documentos de Arquivos Electrónicos. Especificação elaborada para o Programa IDA (Interchange of Data between Administrations) da Comissão Europeia e pela Cornwell Affiliates plc. Disponível, em vários idiomas, em WWW : <URL: http://ec.europa.eu/transparency/archival_policy/moreq/specifications_en.htm> e no sítio *web* te do IANTT.

²³ NP 4438-1 – Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo – Parte 1: Princípios básicos;

NP 4438-2 – Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo – Parte 2: Recomendações de aplicação.

²⁴ INCITE - Euro-Referencial I-D. Lisboa: INCITE, 2005.

²⁵ Código de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal, Lisboa: BAD; INCITE; APDIS, 2001.

²⁶ Observatório da profissão de Informação-Documentação – A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação. Lisboa: OP I-D, 2006. Disponível em WWW: <URL: <http://www.incite.pt/modules.php?name=OPID&topic=relatorio>>

²⁷ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas, p. 7.

²⁸ Comunicação disponível em WWW: <URL: http://www.edocpa.com/ponentes/e_domec.html>.

²⁹ MARTINEZ GARCIA, Luis - *La prestación de servicios de valor añadido en los archivos bajo el prisma de calidad*. Disponível em WWW: <URL: http://www.edocpa.com/ponentes/e_domec.html>.